
Bolsonaro e ditadura militar: análise de notícias publicadas nos portais G1, Folha de S. Paulo e R7¹

Ana Carolina do Carmo VERTUOSO²

Hilario Junior dos SANTOS³

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó

Resumo

Esta pesquisa de conclusão de curso analisa a cobertura jornalística dos portais Folha de S. Paulo, G1 e R7 em torno da orientação do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), de que quartéis “celebrassem” o aniversário do golpe militar, em 2019. Especificamente, objetiva-se contextualizar o período militar e demonstrar como os veículos repercutiram tal menção. Para isso, com base no método cartográfico proposto por Rosário (2008), coletou-se 99 matérias jornalísticas. Estas, foram utilizadas na construção de nuvens de termos e analisadas a partir das definições de gênero e formato propostas por Marques de Melo. Os resultados apontam que a Folha realizou uma cobertura mais diversificada e que os conteúdos produzidos não exploram recursos e narrativas próprias do webjornalismo.

Palavras-chave

Cartografia da Mídia; Cobertura Jornalística; G1; Folha de S. Paulo; R7

1 INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização, parte da população brasileira relembra o regime militar de maneira nostálgica, exaltando-o pelo milagre econômico do início da década de 1970 e pela ação dos militares ter impedido um suposto golpe comunista. Dentre os que pensam deste modo, está o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (sem partido). A partir de pesquisas documentais, percebe-se que ele já elogiou o período em mais de uma ocasião; saudou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado por tortura; orientou quartéis a comemorarem o dia 31 de março, data que marca o início do regime do país; entre outras declarações.

Tais atitudes levantam questões a respeito de como a imprensa, tratada como inimiga por Bolsonaro, noticia as declarações do presidente. Portanto, esta pesquisa delimita-se a estudar como foi a produção de conteúdo jornalístico nos principais

¹ Trabalho apresentado na modalidade IJ01 - Jornalismo do Intercom Jr., evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista graduada no Curso de Jornalismo da Unochapecó, e-mail: anavertuoso@gmail.com

³ Orientador da pesquisa, Professor do Curso de Jornalismo da Unochapecó, e-mail: hjs@unochapeco.edu.br

portais de notícia brasileiros - Folha de S. Paulo, G1 e R7 - a partir de uma declaração do presidente Jair Bolsonaro a respeito do regime militar. A fim de satisfazer a este questionamento, busca-se contextualizar como foi a ditadura militar no Brasil, demonstrar como os portais selecionados repercutiram uma das menções do presidente à ditadura militar ao longo de seu primeiro ano de mandato (2019) e então, compreender a prática do agendamento nos principais portais de notícia brasileiros.

A seguir, a pesquisa utiliza de aportes teóricos para contextualizar o período militar, a carreira política e militar de Bolsonaro, além do universo do webjornalismo. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na coleta e organização dos dados, até desembocar nas análises relativas aos títulos e subtítulos (nuvens de termos) das matérias, na categorização destas de acordo com gênero e formato, e também, nas considerações finais da pesquisadora.

2 DITADURA MILITAR BRASILEIRA

De acordo com o sociólogo Emir Sader (1990), a história política brasileira é marcada por “[...] uma longa cadeia de acontecimentos articulados entre si por pactos da elite, fiados pela força militar” (p. 1). Nesta trajetória de rupturas e transições, destaca-se, mais recentemente, a ditadura militar (1964-1985). Três anos antes do início deste regime, tomou posse como presidente da República João Goulart (Jango). Seu governo foi conturbado, com a economia dando sinais de declínio, taxa de investimentos reduzida, inflação elevada e mobilizações populares crescentes (SADER, 1990, p. 14). Neste cenário, intensificaram-se as articulações para a retirada de Jango do poder, que culminaram no golpe de 1º de abril de 1964. Conforme Silva (2014), participaram deste movimento militares, representantes das elites econômicas, Igreja Católica, imprensa e, de certo modo, os Estados Unidos.

As décadas seguintes sob governo de presidentes militares foram marcadas pela restrição à liberdade, perseguição a opositores e censura à imprensa. De acordo com Nadine Habert (2003), as medidas que deram início a este processo sob presidência do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) foram, entre outras, a proibição das greves, instauração da censura, criação do SNI (Serviço Nacional de Informações) e cassação de mandatos (HABERT, 2003, p. 9).

Mais tarde, o governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969) instaurou o AI-5, mais famoso dos atos institucionais. Por meio dele, o Executivo poderia fechar o Congresso por tempo indeterminado, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, implementar a censura prévia de jornais, livros e demais obras culturais consideradas subversivas, entre outras ações. Ao todo, Napolitano (2014, p. 75) aponta a existência de 17 atos principais e 104 atos complementares, publicados entre 1964 e 1969.

Quando o general Ernesto Beckmann Geisel assumiu a presidência (1974-1979), Com a crise, a insatisfação das elites com a centralização das decisões e os movimentos populares que ganhavam cada vez mais força, teve início um processo que Geisel chamou de "abertura lenta, gradual e segura". Este possibilitou uma reorganização da estrutura política, com o surgimento de novos partidos. Sader (1991, p. 34) aponta que com isso, a direita, antes concentrada na Aliança Renovadora Nacional (Arena), mudou seu nome para Partido Democrático Social (PDS) e o MDB tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No campo da esquerda, surgiu um novo quadro composto por Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores.

Com este cenário constituído, voltaram-se as atenções para a eleição do sucessor do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), último presidente do regime (1991, p. 39). As propostas do governo previam um pleito indireto, realizado por um Colégio Eleitoral que seria composto por congressistas. Nele, foram eleitos Tancredo Neves e o vice José Sarney, consagrados pela união da Aliança Democrática entre PDS e PMDB. Porém o presidente eleito morreu pouco após sua eleição e em seu lugar, Sarney esteve à frente de uma “democracia tutelada” (SADER, 1991, p. 48).

De acordo com o autor, a busca por uma nova constituinte ganhou força e em 1987, formou-se a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela Constituição Federal de 1988 e por garantir, entre outras conquistas, a implementação de eleições diretas. A partir de então, o Brasil já elegeu cinco presidentes desde a redemocratização.

2.1 A IMPRENSA ANTES E DURANTE A DITADURA

Segundo Silva (2014), a imprensa exerceu papel importante na preparação e legitimação do golpe militar de 1964, pois “usou todo o seu prestígio para convencer

parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional” (p. 11). Porém, apesar do apoio declarado ao golpe, é possível afirmar que a imprensa não defendeu a ditadura. Para além dos grandes veículos, Habert (2003) aponta que a imprensa alternativa exerceu uma resistência importante. Ao longo da década de 1970, diversos jornais ‘nânicos’ surgiram, alguns com foco em lutas específicas dos movimentos feminista (*Brasil Mulher*), negro (*Tiçãõ*) e homossexual (*Lampião*) (HABERT, 2003, p. 39).

A autora lembra também que, desde os primeiros anos do regime, “[...] os governos militares empreenderam profundas transformações no setor de comunicação, especialmente nos sistemas de telefonia, telex e televisão” (HABERT, 2003, p. 23). Foram feitos grandes investimentos a fim de utilizar o sistema televisivo como “instrumento para ampliar e unificar o mercado consumidor” e criar um “[...] veículo de controle político e de propaganda ideológica sob o signo da ‘Segurança Nacional’ e da ‘Integração Nacional’” (HABERT, 2003, p. 24).

Apesar de ser indispensável para o governo, ou talvez por conta disso, a imprensa foi uma das grandes vítimas da repressão que se espalhou por todas as áreas. Com a implementação da censura prévia, os censores da Polícia Federal passaram a ocupar espaço em redações e emissoras. Conseqüentemente, “o noticiário e as novelas de TV foram superfiltrados e maquiados com imagens pasteurizadas de ‘paz, prosperidade e tranqüilidade social’” (HABERT, 2003, p. 29). Além disso, a censura foi mais ostensiva contra a imprensa alternativa. Habert salienta que *O Pasquim* e *Opinião* tiveram edições retiradas das bancas e editores, jornalistas e colaboradores presos constantemente (HABERT, 2003, p. 29).

3 JAIR BOLSONARO

De acordo com arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, no município de Glicério, porém foi registrado em Campinas, São Paulo. Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi Bolsonaro, iniciou a carreira militar aos 19 anos, ao ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e concluiu o curso de paraquedismo militar na Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Tornou-se mestre em saltos pela Brigada Paraquedista do estado, em 1983. Neste mesmo ano, tornou-se capitão por antiguidade, aos 28 anos.

Em 1986, se envolveu na primeira polêmica de sua carreira. Em artigo intitulado “O salário está baixo”, publicado na revista *Veja*, Bolsonaro argumentava a respeito do desligamento de cadetes da AMAN, que em sua opinião, foi motivado pelos “[...] baixos salários pagos à categoria de uma forma geral, e não a desvios de conduta, como queria deixar transparecer a cúpula do Exército” (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2020, n.p.). No ano seguinte, os arquivos apontam que uma reportagem da *Veja* atribuiu a Bolsonaro e ao capitão Fábio Passos da Silva um plano para explodir bombas em quartéis e unidades da Vila Militar da AMAN. A “Operação beco sem saída” seria executada se o reajuste concedido aos militares fosse inferior à 60% e pretendia “assustar” o então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2020, n.p.).

Em 1988, entrou para a reserva militar e deu início a sua carreira política, elegendose vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), com 17.674 votos. Porém, cumpriu pouco tempo do mandato e dois anos mais tarde, foi eleito deputado federal pelo mesmo partido, com mais de 67 mil votos (LUPA, 2019, n.p.). Cinco anos depois, Bolsonaro se envolveu em outra polêmica ao “[...] defender o retorno do regime de exceção e o fechamento temporário do Congresso Nacional”. Mais tarde, declarou que preferia “sobreviver no regime militar a morrer nesta democracia” (BOLSONARO, J., 1994 apud MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2020, n.p.).

Em meio a diversas trocas de legendas, Bolsonaro foi reeleito como deputado federal do Rio de Janeiro seis vezes. Segundo matéria da revista *Veja*, publicada em 2019, o capitão apresentou 162 projetos ao longo dos 27 anos de mandato, porém conseguiu aprovar apenas dois. O primeiro, de 1996, prorroga benefícios fiscais outorgados ao setor de informática e automação e o segundo, apresentado em 2016, autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com câncer⁴.

Devido aos discursos polêmicos, de oposição aos antigos governos petistas e com “[...] tons machistas, homofóbicos e racistas” (VEJA, 2019, n.p.), Bolsonaro ganhou apoio de grande parte do eleitorado brasileiro. Em 2017, filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL) (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2020, n.p.). teve sua candidatura oficializada em no ano seguinte, em chapa com o general Hamilton Mourão, do Partido

⁴ As propostas citadas podem ser acessadas na íntegra no portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autoi=0&ideCadastro=74847&Limite=N&tipoProp=2>. Acesso em: 20 jun 2020

Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Suas pautas prioritárias incluíam o direito ao porte de arma de fogo, a legalização do garimpo, a segurança pública e a chamada “pauta dos costumes”. Bolsonaro elegeu diversos parlamentares da mesma legenda e no segundo turno, disputado contra Fernando Haddad (PT), foi eleito com 57,8 milhões de votos (55% dos votos válidos).

Por fim, ressalta-se que a família é parte importante da vida pública e privada do presidente. Bolsonaro é pai de cinco filhos - Flávio (39), Carlos (37), Eduardo (36), Renan (22) e Laura (10) -, frutos de três casamentos, com Rogéria Nantes Nunes Braga, Ana Cristina Siqueira Valle e Michelle Bolsonaro (VEJA, 2019). Os três filhos mais velhos também são políticos. Mais especificamente, senador, vereador e deputado federal, respectivamente.

4 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

O advento dos computadores individuais e, posteriormente, da internet, ocasionaram diversas mudanças na comunicação. Com a criação e popularização da *web*⁵, na década de 1990, este ambiente passou a ser utilizado também para fins jornalísticos. No Brasil, de acordo com Marcos Palacios e Elias Machado (1996), a produção jornalística digital data de dezembro de 1994, com a criação do *Jornal do Comércio On-line*. Outros pioneiros elencados pelos autores são o *DP Net* (Diário de Pernambuco), o *JB On-line* (Jornal do Brasil) e o *NETEstado* (Estadão).

Luciana Mielniczuk (2003) aponta que inicialmente, "são as versões digitais de jornais já existentes no suporte papel que se tornam mais visíveis diante do público leigo" (p. 20). A autora ainda propõe, com base nas ideias de John Pavlik (2001), uma divisão do webjornalismo em três gerações.

Na primeira, chamada de fase da transposição, “[...] os produtos oferecidos eram reproduções de partes dos grandes jornais impressos, que passavam a ocupar o espaço na internet” (MIELNICZUK, 2003, p. 32). Desta forma, são cópias do que era oferecido no papel. Na fase da metáfora, “[...] as publicações para a web começam a explorar as potencialidades do novo ambiente, tais como links com chamadas para notícias de fatos que acontecem no período entre as edições [...]” (MIELNICZUK, 2003, p. 34). Assim,

⁵Mielniczuk classifica a *web* como “[...] a abreviatura de *World Wide Web*, um sistema de informação e de comunicação utilizado na internet que permite a transmissão de dados em hipermídia e funciona de acordo com o modelo cliente/servidor”. (2003, p. 20)

os impressos seguem como inspiração, porém a produção é diversificada. E na terceira, fase do webjornalismo, a autora afirma que os produtos jornalísticos apresentam recursos multimídia, oferecem recursos de interatividade, permitem personalização dos produtos e utilizam o hipertexto “[...] não apenas como um recurso de organização das informações da edição, mas também começam a empregá-lo na narrativa de fatos (MIELNICZUK, 2003, p. 36).

Ao longo dos anos, diversos autores expandiram as ideias de Mielniczuk e apontaram para o surgimento de novas gerações, como Barbosa (2008), Chierentin (2009) e Nunes (2016). Esta última reflete sobre a existência de uma nova geração ligada às “iniciativas móveis” e marcada pela independência do espaço web, mobilidade, amplificação do potencial offline e organização mais visual dos conteúdos (NUNES, 2016, p. 26).

4.1 GÊNEROS, FORMATOS E ELABORAÇÃO DE UMA NOTÍCIA

No Brasil, o estudo acadêmico dos gêneros jornalísticos parte da obra de Luiz Beltrão. De acordo com Lailton Alves da Costa (2015), o autor não discute a conceituação de gêneros, mas divide a produção jornalística em três categorias: informativa, interpretativa e opinativa (COSTA, 2015, p. 45). Posteriormente, aportado nos textos de Beltrão, José Marques de Melo avança na sistematização do conteúdo jornalístico em seu livro *Jornalismo opinativo* (1985).

Para análise da amostra, esta pesquisa adota a definição Marques de Melo, que subdivide o trabalho jornalístico em dois estágios complementares: gêneros e formatos. Os formatos são variantes dos gêneros e ao mesmo tempo em que são subordinados a eles, desenvolvem lógicas próprias. São “[...] o instrumento – a forma – que emissores adotam para se manifestar e para fazer circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas” (MARQUES DE MELO, 2016, p. 47).

A partir da organização do trabalho de Marques de Melo desenvolvida por Costa (2010), entende-se os gêneros e formatos como: Informativo (contemplando os formatos Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista); Opinativo (Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura, Carta); Interpretativo (Dossiê, Perfil, Enquete, Cronologia); Diversional (História de interesse humano, História colorida); Utilitário (Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço).

Ademais, no que se refere a construção de textos jornalísticos, são muitos os elementos complementares que podem ser destacados em função dos diversos meios e formatos. Porém, esta pesquisa se detém a dois considerados fundamentais para a análise dos dados: título e subtítulo. Como aponta Comassetto (2001), muitos leitores podem deixar de ler um conteúdo por não se sentirem atraídos pelo título ou por não encontrarem ligação com as informações apresentadas nas linhas iniciais de um texto. Por isso, “o título [...] deve estar coerente com o *lead*, expressando a sua informação principal” (COMASSETTO, 2001, p. 31).

5 METODOLOGIA

O primeiro passo metodológico da pesquisa visou a seleção dos veículos de comunicação a serem explorados. Como critério, optou-se pelos portais de notícia mais acessados no Brasil, pois são os que mais atingem pessoas. A escolha ocorreu com base nos dados de dois mensuradores de tráfego online: Alexa⁶ e SimilarWeb⁷. Ambos disponibilizam os 50 sites mais acessados para visualização gratuita. Destes, foram selecionados os que possuem conteúdos jornalísticos de forma predominante e delimitados com base no número de acessos e na otimização das ferramentas de busca de cada site. Por fim, definiu-se os portais de notícia **G1**, **Folha de S. Paulo** e **R7** para análise.

Com esta etapa concluída, foi necessário escolher uma declaração do presidente, a fim de analisar os desdobramentos e as coberturas. Como um dos objetivos envolve as menções do presidente à ditadura militar, foram pré-selecionadas algumas declarações a partir da posse de Jair Bolsonaro, no dia 01 de janeiro de 2019. A que se mostrou mais relevante ocorreu no dia 25 de março, quando o presidente determinou ao Ministério da Defesa que realize as "comemorações devidas" pelos 55 anos do golpe que deu início a uma ditadura militar no Brasil, em 31 de março. A informação foi repassada pelo porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, em declaração à imprensa.

Em seguida, utilizou-se da cartografia da mídia para mapear os dados de cada portal. Segundo Rosário (2018), este método caracteriza-se pela construção de um mapa inacabado do objeto de estudo a partir do olhar e das percepções do pesquisador.

⁶ Disponível em: <https://www.alexa.com/about/>.

⁷ Disponível em: <https://www.similarweb.com/corp/pt/ourdata/>.

Assim, “[...] fazer uma cartografia é olhar para o objeto de estudo observando as suas repetições e, mais atentamente, as suas irregularidades”. (ROSÁRIO, 2018, p. 38).

Portanto, identificada a declaração e selecionados os portais, segue-se para a coleta das matérias publicadas no período de 25 de março a 1º de abril. No portal G1 foram encontradas 38 matérias, na Folha de S. Paulo 48 publicações e no R7, apenas 13. Para facilitar o processo de análise, todas foram organizadas e categorizadas com base na data de publicação, categoria no site, número de hiperlinks e a partir das definições de Marques de Melo (2008). A planilha criada está disponível para visualização em documento público na nuvem de computadores por meio do Google Drive⁸.

6 ANÁLISES E RESULTADOS

A partir dos dados coletados, parte-se então para a análise dos termos presentes em títulos e subtítulos através de nuvens de tags. Nesta etapa optou-se por não analisar o corpo das matérias pois estas possuem um número desproporcional de termos que impossibilitam a construção de nuvens. A ferramenta utilizada foi o Wordclouds⁹, que permite ao pesquisador construir nuvens de termos a partir de textos inseridos manualmente. Com isso, é possível reconhecer quais são as palavras-chave, os termos mais utilizados e, também, visualizar de modo simplificado o conteúdo.

Para a construção das nuvens qualificadas (sem termos irrelevantes, conectivos e verbos como *disse*, *afirmou*, *declara*), os termos foram inseridos em letras minúsculas, com correção gramatical, sem nomes próprios mencionados apenas uma vez, sem números e sem siglas. Com isso, chegou-se a seis nuvens: títulos da Folha de S. Paulo, subtítulos da Folha de S. Paulo, títulos do G1, subtítulos do G1, títulos do R7, subtítulos do R7. Estas não serão detalhadas neste artigo devido a extensão do conteúdo, porém, as análises apontam que o termo mais utilizado nos três portais é *golpe*, com 57 menções (35,29% dos termos). Esta palavra é mais frequente no G1, aparecendo 25 vezes, o que representa 52,08% dos termos presentes na nuvem de títulos do portal. Este número é superior aos observados nas nuvens da Folha e do R7, em que *golpe* equivale a 42,11% e 27,59%, respectivamente.

⁸ Disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ShWDCG5KGaT-9OJMOf6DP9GcLvWW8BeLvLSKxbP3A/edit?usp=sharing>

⁹ Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>

Outro termo de grande destaque é *militar*, que aparece 26 vezes e é o segundo mais comum no G1 e no R7. Percebe-se, porém, que a Folha de S. Paulo não utilizou esta palavra com frequência similar. No G1, *militar* corresponde a 29,17% e no R7, a 27,59% dos termos, porém na Folha, corresponde a apenas 7,02%. Na maior parte dos casos, o termo é utilizado como adjetivo e associado à *golpe* (golpe militar), o que pode justificar a recorrência da palavra, como é observado na matéria "Bolsonaro estimula celebração do golpe militar de 64", publicada em 25 de março.

O sobrenome *Bolsonaro* também é mencionado diversas vezes, porém de modo desigual nos três portais. Na Folha, é o segundo termo que mais aparece, representando 29,82% da nuvem. No R7, está em terceiro lugar da lista e corresponde a 17,24%. Já no G1, aparece em décima posição e condiz a apenas 6,25% dos termos. Este portal não substitui o termo por sinônimos, o que indica que a figura do presidente Jair Bolsonaro não possui destaque dentro da cobertura e é preterido por matérias com declarações de terceiros. Isso pode ser observado nos títulos "Defensoria Pública pede que Justiça proíba comemorações sobre golpe de 64", de 26 de março, e "MPF recomenda a forças militares do Rio Grande do Sul que não realizem homenagens ao golpe de 1964", de 27 de março.

Ademais, referências as "comemorações devidas" propostas pelo presidente se repetem. Por serem ações, os verbos "celebrar" e "comemorar" são conjugados de diversas formas nos portais. Na Folha, as seis variações correspondem a 31,58% da nuvem e são utilizadas, em grande parte, como recorte de declarações, a exemplo de "‘Não há o que comemorar, só rezar pelos mortos’, diz Dilma sobre aniversário do golpe", do dia 31 de março. De modo similar, as seis conjugações de celebrar e comemorar somam 27,59%, no R7. No caso do G1, esses termos referem-se a 27,08% da nuvem.

Já no que diz respeito à análise dos dados coletados a partir dos subtítulos, nota-se que *golpe* é novamente o termo de maior destaque no G1, e o segundo que mais se repete na Folha de S. Paulo e no R7, totalizando 18,56% dos 167 termos analisados nesta etapa. O uso desta tende a ser o mesmo visto nas nuvens de títulos, porém pela natureza do subtítulo como elemento complementar em textos jornalísticos, o termo contextualiza e expande as informações. Exemplo disso aparece em matéria do G1 publicada em 26 de março, cujo título afirma "Defensoria Pública pede que Justiça

proíba comemorações sobre golpe de 64”. No subtítulo, lê-se “Porta-voz disse que Bolsonaro ordenou que Defesa faça 'comemorações devidas' pelos 55 anos do golpe. A Defensoria quer liminar para impedir, inclusive, gastos públicos em comemorações”.

Percebe-se também que variações dos verbos *celebrar*, *comemorar* e *festejar* se repetem diversas vezes. Entre os subtítulos, são 15,57% da nuvem, número 5,16% superior ao relatado nos títulos. Outros termos que se destacam são *ditadura*, correspondente a 12,57%, e *presidente* (10,78%) - este é utilizado como sinônimo para *Bolsonaro* (6,59%), que aparece com mais frequência nos títulos.

Os resultados observados nas nuvens de títulos e de subtítulos são bastante similares. As palavras de destaque são, em grande maioria, as mesmas já que termos como *golpe*, *presidente/Bolsonaro* e os verbos de celebração são fundamentais para a síntese e compreensão do que é abordado nas matérias. Entre os subtítulos, apenas dois termos se destacam por não aparecerem anteriormente: *anos* (9,58%), utilizado em referência ao aniversário do golpe e *quartéis* (2,40%), instituições às quais se dirigiu a declaração presidencial.

6.1 GÊNEROS E FORMATOS

Em um segundo momento, as matérias coletadas foram lidas na íntegra e analisadas a partir das definições de gênero e formato propostas por José Marques de Melo. Inicialmente, percebeu-se a inexistência de matérias dos gêneros Utilitário e Diversional. Dos demais gêneros, o Informativo foi o mais utilizado na cobertura, (73 matérias), seguido pelo gênero Opinativo (26 publicações). Eles representam 73,74% e 26,26% da amostra, respectivamente. Apenas uma matéria corresponde ao gênero Interpretativo, realizada pelo G1, no dia 31 de março. A Cronologia recupera o conteúdo de uma reportagem publicada em 2014 para lembrar o golpe militar. Ainda neste portal, verifica-se a predominância de Notícias (25) e Reportagens (6). O G1 publicou seis matérias com resumos do dia, classificadas como Comentário.

Em relação à cobertura realizada pela Folha de S. Paulo, nota-se maior variedade de formatos, novamente com grande predominância de Notícias (13) e Reportagens (12). Foram produzidos ainda outros textos do gênero Informativo, sendo três notas e uma entrevista. Ademais, a Folha publicou 12 textos classificados como Coluna, o que ressalta uma das características do portal, conhecido por seu conteúdo opinativo.

No R7, o foco encontra-se somente no gênero Informativo. Das 13 matérias publicadas, uma foi classificada como nota, sete como notícia, três como reportagem e duas como entrevistas. É interessante notar que este portal veiculou também conteúdos produzidos por agências de notícia e outros portais. Esse é o caso da matéria “Exército brasileiro comemora golpe militar a pedido de Bolsonaro”, produzida pela Reuters e da reportagem “Como ordem de Bolsonaro para comemorar golpe de 1964 se transformou em problema burocrático para as Forças Armadas”, da BBC News Brasil.

Ao todo, percebe-se pouca diversidade de gêneros e formatos. O grande destaque da cobertura é o conteúdo informativo, em especial as notícias, que representam quase metade (45,45%) do que foi produzido ao longo do período analisado. Ademais, a Folha de S. Paulo foi o portal que apresentou a maior (48,48%) e mais diversificada cobertura, utilizando dez formatos jornalísticos. O G1 é o segundo em número de matérias (38,38%) e foi o único portal que publicou conteúdo interpretativo, porém, utilizou apenas quatro formatos. Já o R7 é o que menos produziu matérias (13,13%) e também o menos variado - foram produzidos conteúdos de quatro formatos, assim como no G1, porém todos são do gênero Informativo.

Destaca-se também que além do presidente Jair Bolsonaro, outros agentes aparecem recorrentemente em um ou mais portais. A principal é a juíza Irani Silva da Luz, mencionada nominalmente ou por meio de "juíza" nas nuvens de títulos dos três portais e nos subtítulos do R7. Outro personagem mencionado é o porta-voz da Presidência, Otávio Rego Barros, citado repetidamente devido a determinação do presidente ter se tornado pública em um pronunciamento do porta-voz.

Por fim, ressalta-se que apesar da hipertextualidade e a multimídia (fotos ou vídeos) estarem presentes em todas as matérias, as narrativas se mantêm semelhantes às construídas para veículos impressos. Características próprias de narrativas web jornalísticas, como o uso de recursos visuais e interativos que criem uma maior imersão do leitor, não são exploradas. Em vez disso, o que se observou em grande parte da amostra foi o uso da pirâmide invertida, fotos para ilustrar a matéria e hipertextos conduzindo o leitor para mais conteúdos do mesmo portal. Uma possível explicação para isso, é o grande número de notícias produzidas na cobertura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa construiu-se com o objetivo principal de analisar como os portais de notícia mais acessados do país abordaram as declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre a ditadura militar. Ao longo das mais de três décadas de sua carreira política, foram muitas menções e analogias que remetem ao período, porém, a fala escolhida - e uma das inspirações para este trabalho - ocorreu em 25 de março. Por meio de um porta-voz, veio a público a recomendação do presidente de que quartéis em todo o país celebrassem o aniversário do golpe militar de 31 de março de 1964. Este grande objetivo desmembrou-se em objetivos específicos que guiaram a condução do trabalho.

Foram discutidos outros conceitos importantes para o entendimento das análises, a exemplo da trajetória pública do atual presidente. Seu histórico militar e político deixam palpável a relação do presidente com a ditadura militar e comprovam que a declaração escolhida por esta pesquisa não representa um incidente isolado, em que houve uma má interpretação das palavras. Quando sugeri aos quartéis que “celebrassem” o aniversário do golpe, o fez com saudosismo ao ato, não na intenção de apenas “rememorar” o ocorrido.

A pesquisa utilizou-se da cartografia da mídia, definida por Nísia Martins do Rosário (2018). A aplicação deste método levou a coleta de 99 matérias, sendo 48 na Folha de S. Paulo, 38 no G1 e 13 no R7. Os dados foram então utilizados na construção de seis nuvens de termos (de títulos e subtítulos) e também classificados em gêneros e formatos com base nos conceitos de José Marques de Melo. Estas revelaram certa uniformidade entre os portais. O termo *golpe* foi o que mais se destacou nas análises, seguido pelo sobrenome do presidente, palavras como *ditadura* e *regime*, além de diversas variações dos verbos *celebrar*, *festejar* e *comemorar*.

Quanto aos gêneros, o Informativo foi o mais utilizado na cobertura (73,73%), que consiste majoritariamente de notícias (45 matérias) e reportagens (21). Em seguida, aparecem os gêneros Opinativo (26,26%) e Interpretativo (1,01%). Os gêneros Utilitário e Diversional não apareceram na amostra. Já no que diz respeito à cobertura de cada portal, conclui-se que a Folha de S. Paulo apresentou a maior produção e também mais variada, sendo responsável por 48,48% de todo o conteúdo e utilizando dez formatos jornalísticos (Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista, Editorial, Comentário, Artigo, Coluna, Crônica, Caricatura) de dois gêneros (Informativo, Opinativo).

Essas percepções mostram uma cobertura que não explora os recursos e possibilidades inerentes das mais recentes gerações do webjornalismo. Foi possível observar o uso da hipertextualidade e da multimídia - principalmente com a inserção de fotos e vídeos -, mas as narrativas se mantiveram presas às construídas em veículos impressos. Recursos mais interativos e narrativas *longform*, por exemplo, foram deixadas de lado em favor das notícias e das tradicionais pirâmides invertidas. Um possível motivo para isso pode ser a velocidade de atualização necessária na internet, o que favorece uma produção voltada para a quantidade de conteúdos.

Referências Bibliográficas

A trajetória de Jair Messias Bolsonaro, o 38º presidente do Brasil. Revista Veja. São Paulo, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-trajetoria-de-jair-messias-bolsonaro-o-38o-presidente-do-brasil/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (orgs). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

COMASSETTO, Leandro Ramires. **As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80216>. Acesso em: 05 set. 2020.

DA Academia Militar ao Planalto: ano a ano, conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. Agência Lupa. Rio de Janeiro, 01 jan 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/01/01/trajetoria-bolsonaro-presidente/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo. Editora Ática, 3ª edição. 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 39, n. 1 (p. 39-56). jan-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporânea) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jordi/jornalismo-na-web-uma-contribuicao-para-o-estudo-do-formato-da-noticia-na-escrita-hipertextual/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

MONTEIRO, Maria Carmina; SOUZA, Márcia de; SILVA, Fabricio Pereira da. Jair Messias Bolsonaro. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jairmessias-bolsonaro>. Acesso em: 04. nov. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 : História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Ana Cecília B. Jornalismo digital de quinta geração: as publicações para tablets em diálogo com o desenvolvimento da web. In: **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**. Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. n. 3 (p. 19-39). jul-dez. 2016. Disponível em:
<http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/art%209-39.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Mitos e cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação. In: A. E. MALDONADO; J. A. BONIN; N. M. ROSÁRIO (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SADER, Emir. **A Transição no Brasil: ditadura à democracia?**. São Paulo: Editora Atual, 11ª edição, 1991.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. O processo de apuração no webjornalismo de quarta geração. In: **Revista Eco-Pós**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. v.12, n.3. (p. 181-194). set-dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/viewFile/939/879. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 5ª edição, 2014.

VEJA 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Folha de S. Paulo. São Paulo, 28 mar 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2020.